



**Tegma Gestão Logística S.A.**  
e Empresas Controladas  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Depois de três anos consecutivos de uma forte expansão, que trouxe a empresa a um patamar de eficiência superior ao pré-pandemia, o desempenho financeiro e operacional da Tegma de 2025 registrou eventos negativos que (i) impactaram a quantidade de veículos vendidos no mercado e transportados pela companhia, (ii) alteraram a forma de recolhimento de impostos e (iii) mudaram as dinâmicas de mercado e impactaram contratos e resultados da Logística Integrada.

A respeito da **indústria automotiva do Brasil**, vale lembrar que ela apresentou uma recuperação de 26% pós-pandemia (vendas locais até 2024). Este desempenho baseado no crescimento do PIB, na expansão do crédito e da renda nacional. No entanto, o aumento de juros necessários para conter a alta da inflação foi o grande responsável por desacelerar esse ritmo para um crescimento de 2,6% em 2025. Esse desempenho, no entanto, embute realidades bem distintas, como por exemplo um crescimento de 45% das marcas chinesas (já representando 12% do licenciamento), um crescimento de 17% das vendas dos modelos SUV's e um crescimento de 9% das vendas nas regiões nordeste do país. Ao final do ano, uma tempestade destruiu uma fábrica das montadoras Toyota, cliente importante da Tegma e que impactou de forma relevante as vendas desta marca. As exportações foram um contraponto positivo no ano, apresentando um crescimento de 32%, principalmente explicada pelas vendas para Argentina, o que sustentou um leve crescimento da produção local.

Nesse cenário, a **divisão de logística de veículos** da Tegma se beneficiou, em parte, do crescimento das vendas chinesas, assim como por ter fechado um contrato recentemente com uma montadora que tem um grande potencial de crescimento. No intuito de aumentar o leque de serviços, além do transporte para as entrantes chinesas e ganhar ainda mais competitividade, adquirimos um terreno (Camargã-BA) e estamos investindo em outro (Caracica-ES). No entanto, o desempenho inferior à média do mercado de clientes importantes, como a General Motors, que reduziu suas vendas em 12%, e a interrupção de produção da Toyota, prejudicaram o **market share** da Tegma em 2025, fazendo que os volumes se retraíssem pela primeira vez em três anos, resultando em menor redução de custos e despesas e em redução de margens. Apesar de sabermos que a paralisação da produção da Toyota é atípica e que a sua normalização é esperada para o início de 2026, estamos atentos ao controle de custos e despesas para minimizar esses efeitos. Em 2025 a Fastline, nossa unidade de **logística de veículos usados**, contratou um reforço de peso. O anúncio da aquisição de 70% da Buskar me **reforça a tendência de crescimento** observada nessa linha de negócios, complementando sua atuação com novos clientes e novas tecnologias, capazes de atender ainda mais tipos de clientes.

Na **Divisão de Logística Integrada**, também tivemos desafios relevantes, principalmente com a perda parcial de um contrato e relevante em termos de faturamento, em função da competição de preço mais acirrada na atividade de transporte de químicos. Apesar disso, assinamos novos contratos e buscamos formas de crescimento deste divisão, para voltarmos a ter um nível de lucratividade e de retorno maior que o histórico recente e que nosso custo de capital. Por mais um ano, a **joint venture GDL** apresentou resultados muito satisfatórios. Esse resultado foi colaborado por uma nova área de afandagem e pela expansão dos serviços para outros segmentos, como maquinário pesado, bens de consumo e autopeças.

Todos esses cenários desafiadores conjugados resultaram em margens líquidas ainda acima de 10% e um ROIC de 31%, números que, apesar de inferiores ao de 2024, serviram de base para os esforços de superação para 2026.

No aspecto de **sustentabilidade/governança**, destacamos a iniciativa bem-sucedida da conversão de caminhões a diesel para híbridos a GNV-diesel, que tem contribuído com a redução de emissões e o consumo de combustível. Além disso, tivemos uma renovação do quadro do Conselho de Administração, com a eleição da primeira conselheira e a entrada, na suplência, de membros da segunda geração das respectivas famílias que fazem parte do bloco de controle, iniciativas que contribuirão para a diversidade de ideias e a perpetuação da boa liderança da companhia.

No aspecto de estrutura de capital, a Companhia teve em 2025 o maior montante de CAPEX de sua história, em R\$ 112 milhões, influenciado pela compra de um terreno para a operação de logística de veículos novos e distribuiu um valor recorde de R\$ 292 milhões em dividendos e juros sobre capital próprios. Com isso, a empresa fechou o ano com a dívida bruta superando ligeiramente a caixa pela primeira vez em quase cinco anos.

Para o ano de 2026, a Administração acompanha as projeções de queda de juros e a projeção das associações do ligeiro crescimento de vendas de veículos. Reforçamos que, como qualquer ano de eleição, a empresa precisa redobrar sua disciplina com custos e despesas e a busca por eficiência. Estrategicamente, continuamos atentos a oportunidades de negócios que possam expandir o negócio, seja organicamente ou inorganicamente, assim como termos o cuidado com a integração da aquisição feita e cultivarmos os bons negócios da Companhia.

### Adequação à Lei 15.177/2025 - Informações de equidade de gênero

	2024		2025		Var % 2025 vs 2024
	#	%	#	%	
<b>Mulheres contratadas</b>	45	6,70%	47	7,18%	4,4% (0,48 p.p)
Operacional	119	54,09%	119	50,21%	0,0% (-3,88 p.p)
Administrativo	-	-	2	50,00%	N/A
Gerencial	1	50,00%	-	-	N/A
Diretoria	-	-	-	-	N/A

	2024		2025		Var % 2025 vs 2024
	#	%	#	%	
<b>Mulheres em cargos de administração</b>	-	-	1	16,67%	N/A
Diretoria Estatutária	-	-	-	-	N/A
Conselho de Administração	-	-	-	-	N/A

	2024				2025				Var % 2025 vs 2024			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens					
	Fixo	Eventual	Fixo	Eventual	Fixo	Eventual	Fixo	Eventual				
<b>Operacional</b>	2.740	379	103	3.051	494	116	3.344	393	119	3.260	624	124
<b>Administrativo</b>	4.536	234	328	4.893	518	386	4.373	245	318	5.352	506	707
<b>Gerencial</b>	23.532	-	6.179	24.994	5.198	9.460	26.267	5.374	26.960	3.012	-	9.178
<b>Diretoria</b>	54.901	-	43.362	63.600	-	48.769	60.527	-	41.399	67.430	-	50.493

	2024				2025				Var % 2025 vs 2024
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	Fixo	Variável	Eventual	Fixo	Variável	Eventual	Fixo	Variável	
<b>Operacional</b>	22%	4%	15%	7%	26%	7%	22%	4%	
<b>Administrativo</b>	-4%	5%	-3%	9%	-2%	83%	-	-	
<b>Gerencial</b>	11%	N/A	-12%	8%	-42%	-3%	-	-	
<b>Diretoria</b>	11%	N/A	-5%	6%	N/A	4%	-	-	

## BALANÇOS PATRIMONIAIS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Nota							
<b>Ativo circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.629	158.813	113.860	241.335			
Contas a receber de clientes	6	379.599	394.100	443.159	437.934			
Estoque (almoxxarfiado)		71	54	697	263			
Imposto de renda e contribuição social	17	6.685	-	8.420	2.748			
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.171	3.014	7.142	4.380			
Demais contas a receber	8	27.959	14.906	31.704	17.922			
Partes relacionadas	26	4.246	3.530	1.087	537			
Despesas antecipadas		9.232	6.280	10.829	7.611			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>502.572</b>	<b>582.296</b>	<b>616.898</b>	<b>712.728</b>			
<b>Ativo não circulante</b>								
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Demais contas a receber	8	1.031	1.031	1.698	1.698			
Imposto de renda e contribuição social	17	20.135	18.432	20.135	18.432			
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.298	3.101	6.138	5.943			
Partes relacionadas	26	1.115	1.115	1.115	1.115			
Ativo fiscal diferido	17	-	930	953	3.269			
Depósitos judiciais	16	21.774	20.466	24.578	23.178			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>47.353</b>	<b>45.075</b>	<b>54.617</b>	<b>53.635</b>			
Investimentos	9	329.010	321.868	63.642	61.456			
Imobilizado	10	123.108	87.416	321.041	245.613			
Intangível	11	187.263	183.648	212.297	190.943			
Direito de uso	13	55.311	71.824	68.750	65.019			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>742.045</b>	<b>709.631</b>	<b>719.847</b>	<b>616.686</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>1.244.617</b>	<b>1.291.927</b>	<b>1.336.745</b>	<b>1.329.394</b>			

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Nota							
<b>Passivo circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	12	29.256	28.801	29.767	29.089			
Arrendamento	13	33.528	31.249	40.031	29.880			
Fornecedores		13.113	5.241	15.367	7.540			
Fretes a pagar		41.951	51.514	46.881	54.878			
Tributos a recolher	14	29.535	27.841	33.235	31.470			
Parcelamento de tributos		-	-	17	-			
Salários e encargos sociais	15	37.885	29.176	42.682	33.430			
Demais contas a pagar	18	41.050	39.441	71.554	45.780			
Partes relacionadas	26	1.551	1.209	950	661			
Imposto de renda e contribuição social	17	11.617	30.572	13.406	31.386			
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>239.486</b>	<b>245.044</b>	<b>293.890</b>	<b>262.914</b>			
<b>Passivo não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	12	76.304	56.907	96.183	76.907			
Arrendamento	13	29.725	47.533	36.036	42.397			
Partes relacionadas	26	504	504	7.379	524			
Passivo fiscal diferido	17	6.776	-	8.117	1.695			
Provisões para demandas judiciais	16	17.680	18.674	20.664	21.692			
Parcelamento de tributos		-	-	334	-			
Passivo atuarial		1.909	1.856	1.909	1.856			
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>132.898</b>	<b>125.474</b>	<b>170.622</b>	<b>145.071</b>			
<b>Total do passivo</b>		<b>372.384</b>	<b>370.518</b>	<b>464.512</b>	<b>407.985</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>	19							
Capital social		460.000	438.839	460.000	438.839			
Reservas de lucro		419.331	450.730	419.331	450.730			
Transação de capital		(5.296)	(5.296)	(5.296)	(5.296)			
Ações em tesouraria		(343)	(343)	(343)	(343)			
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.458)	(1.424)	(1.458)	(1.424)			
Dividendos adicionais propostos		-	38.903	-	38.903			
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>872.233</b>	<b>921.409</b>	<b>872.233</b>	<b>921.409</b>			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.244.617</b>	<b>1.291.927</b>	<b>1.336.745</b>	<b>1.329.394</b>			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025		De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024		De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025		De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	
	Nota							
Receita líquida dos serviços prestados	21	2.006.152	1.850.830	2.225.428	2.000.127			
Custo dos serviços prestados	22	(1.624.617)	(1.449.123)	(1.796.274)	(1.639.086)			
<b>Lucro bruto</b>		<b>381.535</b>	<b>401.707</b>	<b>429.154</b>	<b>451.041</b>			
Despesas gerais e administrativas	22	(106.435)	(90.505)	(125.909)	(107.546)			
Despesas comerciais	22	(847)	(702)	(3.913)	(2.864)			
Garho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	956	(2.892)	864	(3.161)			
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	(767)	2.059	(123)	1.959			
		(107.093)	(92.040)	(129.081)	(111.612)			
<b>Lucro operacional</b>		<b>274.442</b>	<b>309.667</b>	<b>300.073</b>	<b>339.429</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	9	46.512	53.167	26.811	29.264			
<b>Resultado financeiro</b>	24							
Receitas financeiras		36.391	25.846	46.495	35.287			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025		De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024		De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025		De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	
	Nota							
Saldo em 1º de Janeiro de 2024		318.524	(343)	55.016	120.315			
Lucro do período		-	-	-	-			
Integralização de capital		120.315	-	-	(120.315)			
Constituição de passivo atuarial		-	-	-	-			
Tributos diferidos sobre passivo atuarial		-	-	-	619			
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(210)			
Constituição de reservas		-	-	-	(47.475)			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	(86.207)			
Transação de capital		-	-	-	(99.698)			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	(170.119)			
Transação de capital		-	-	-	38.903			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<b>438.839</b>	<b>(343)</b>	<b>(5.296)</b>	<b>68.507</b>			
Saldo em 1º de Janeiro de 2025		<b>438.839</b>	<b>(343)</b>	<b>(5.296)</b>	<b>68.507</b>			
Lucro do período		21.161	-	-	242.963			
Integralização de capital		-	-	-	(21.161)			
Constituição de passivo atuarial								



**Tegma Gestão Logística S.A.**  
e Empresas Controladas  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade); IFRS 7 - Instrumentos Financeiros; Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros); Evidenciação; e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros); IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa). Assim o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em suas futuras revisões.

**b. Base de consolidação**

**(i) Controladora e investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para autorizar benefícios de suas atividades. A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 - Relação de entidades controladas - e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") considerada como empreendimento controlado em conjunto que tem seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa nº 9 - Investimentos.

**(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**c. Moeda estrangeira**

**(i) Transações em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**d. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que não foram designados como mensurado ao valor justo para receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior ao período de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atrelado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita imediatamente por investimento. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que não seja mantido para negociação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de vendas é baseada na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do ativo financeiro que não é o principal, mas que é derivado do custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de vendas é baseada na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do ativo financeiro que não é o principal, mas que é derivado do custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de vendas é baseada na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do ativo financeiro que não é o principal, mas que é derivado do custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de vendas é baseada na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do ativo financeiro que não é o principal, mas que é derivado do custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de vendas é baseada na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do ativo financeiro que não é o principal, mas que é derivado do custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia de vendas é baseada na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do ativo financeiro que não é o principal, mas que é derivado do custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	12	85.708	110.360	36.618
Arrendamento	13	78.782	98.146	39.438
Fornecedores e fretes a pagar		56.755	56.755	-
Demais contas a pagar	18	39.441	39.441	-
Partes relacionadas	26	1.713	1.713	2.029
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>262.399</b>	<b>306.415</b>	<b>173.461</b>

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	12	125.956	151.975	39.131
Arrendamento	13	71.077	91.717	37.538
Fornecedores e fretes a pagar	18	62.418	62.418	-
Demais contas a pagar	18	71.554	71.554	-
Partes relacionadas	26	8.329	8.329	950
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>344.148</b>	<b>426.400</b>	<b>227.557</b>

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	12	105.996	151.975	39.131
Arrendamento	13	62.248	62.248	-
Fornecedores e fretes a pagar	18	55.094	55.094	-
Demais contas a pagar	18	41.050	41.050	-
Partes relacionadas	26	2.055	2.055	504
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>266.982</b>	<b>319.430</b>	<b>176.889</b>

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	12	105.996	151.975	39.131
Arrendamento	13	62.248	62.248	-
Fornecedores e fretes a pagar	18	55.094	55.094	-
Demais contas a pagar	18	41.050	41.050	-
Partes relacionadas	26	2.055	2.055	504
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>266.982</b>	<b>319.430</b>	<b>176.889</b>

**e. Análise de sensibilidade:** O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. Considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (empréstimos, financiamentos e contraprestação a pagar (BKM)) estão atreladas ao CDI (14,90% a. em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% a. em 31 de dezembro de 2024) e a Selic (15,00% a. em 31 de dezembro de 2025 e 12,25% a. em 31 de dezembro de 2024). De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta o impacto anual considerando a manutenção do CDI e da Selic. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% nas variações de risco consideradas. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquido um aumento do passivo e do ativo, ou seja, apreciativo do CDI e da Selic. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI e na Selic dos cenários apresentados em 31 de dezembro de 2025:

Controladora	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Provável (I)	(II) - 25%	(III) - 50%	Provável (I)	(II) - 25%	(III) - 50%
Aplicações Financeiras	10.132	12.665	15.198	16.717	20.896	25.075
Receitas	10.132	12.665	15.198	16.717	20.896	25.075
NCE Itar	(6.236)	(7.793)	(9.287)	(6.236)	(7.793)	(9.287)
NCE Santander	(3.536)	(4.828)	(6.703)	(3.536)	(4.828)	(6.703)
Finame BNDES	(6.881)	(8.445)	(10.009)	(10.284)	(12.613)	(14.942)
Contraprestação a pagar (BKM)	-	-	-	(335)	(419)	(503)
<b>Despesas</b>	<b>(17.115)</b>	<b>(21.058)</b>	<b>(25.001)</b>	<b>(20.853)</b>	<b>(25.645)</b>	<b>(30.437)</b>
<b>Efeito líquido no resultado e no Patrimônio Líquido</b>	<b>(6.983)</b>	<b>(8.393)</b>	<b>(9.803)</b>	<b>(4.136)</b>	<b>(4.749)</b>	<b>(5.362)</b>

**f. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulares e não circulares, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida, conforme segue:

Controladora	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Nota	de 2025	de 2024	de 2025
Empréstimos e financiamentos	12	105.560	85.708	125.950
Caixa e equivalentes de caixa	5	(69.629)	(158.813)	(113.860)
<b>Dívida (Caixa) Líquida (e)</b>		<b>35.931</b>	<b>(73.105)</b>	<b>12.090</b>
Total do patrimônio líquido		872.233	921.409	872.233
<b>Capital Total</b>		<b>908.164</b>	<b>848.304</b>	<b>884.323</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>		<b>4,0%</b>	<b>(8,6%)</b>	<b>1,4%</b>

**g. Classificação dos instrumentos financeiros:** O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou que seria mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados;
- **Nível 2:** Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado;
- **Nível 3:** Informações indisponíveis em função de nenhuma atividade de mercado e que são significativas para a definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI ou Selic, considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI ou Selic, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (reconhecido no mercado financeiro que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado) está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor	Hierarquia	Valor	Hierarquia
Nota	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Empréstimos e financiamentos	5	68.035	68.035	Nível 1
Recursos em bancos e em caixa	5	1.594	1.594	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	379.599	379.599	Nível 2
Partes relacionadas	26	5.361	5.361	Nível 2
Demais contas a receber (i)	8	2.880	2.880	Nível 2
<b>457.469</b>	<b>457.469</b>	<b>593.380</b>	<b>593.380</b>	

**Ativos**  
**Valor justo por meio do resultado**  
Aplicações financeiras

5	68.035	68.035	Nível 1	157.032	157.032	Nível 1
---	--------	--------	---------	---------	---------	---------

**Ativos pelo custo amortizado**  
Recursos em bancos e em caixa

5	1.594	1.594	Nível 1	1.781	1.781	Nível 1
6	379.599	379.599	Nível 2	394.100	394.100	Nível 2
26	5.361	5.361	Nível 2	4.645	4.645	Nível 2
8	2.880	2.880	Nível 2	1.827	1.827	Nível 2
	<b>457.469</b>	<b>457.469</b>		<b>593.380</b>	<b>593.380</b>	

**Passivos**  
**Passivos pelo custo amortizado**  
Empréstimos e financiamentos

12	(105.560)	(110.206)	Nível 2	(85.708)	(89.651)	Nível 2
13	(63.253)	(63.253)	Nível 3	(78.782)	(78.782)	Nível 3
18	(55.064)	(55.064)	Nível 2	(56.755)	(56.755)	Nível 2
18	(41.050)	(41.050)	Nível 2	(39.441)	(39.441)	Nível 2
26	(2.055)	(2.055)	Nível 2	(1.713)	(1.713)	Nível 2
	<b>(266.982)</b>	<b>(271.628)</b>		<b>(262.399)</b>	<b>(266.342)</b>	



**Tegma Gestão Logística S.A.**  
e Empresas Controladas  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Movimentação do imobilizado**

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalgens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
<b>Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>2.322</b>	<b>5.808</b>	<b>1.371</b>	<b>5.487</b>	<b>50.662</b>	<b>2.971</b>	<b>11.972</b>	<b>2.077</b>	<b>4.746</b>	<b>87.416</b>
Aquisições (iii)	178	-	70	322	11.671	695	12.339	1.114	20.792	47.181
Alienações	-	-	(3)	(2)	(146)	-	-	(1)	-	(152)
Depreciação	-	(453)	(689)	(929)	(3.890)	(500)	(4.359)	(442)	-	(11.262)
Outros	-	-	-	-	-	19	-	-	(94)	(75)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.500</b>	<b>5.355</b>	<b>749</b>	<b>4.878</b>	<b>58.297</b>	<b>3.185</b>	<b>19.952</b>	<b>2.748</b>	<b>25.444</b>	<b>123.108</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.500</b>	<b>5.355</b>	<b>749</b>	<b>4.878</b>	<b>58.297</b>	<b>3.185</b>	<b>19.952</b>	<b>2.748</b>	<b>25.444</b>	<b>123.108</b>
Custo	2.500	11.334	8.153	11.386	98.706	11.921	83.165	6.186	25.444	258.795
Depreciação acumulada	-	(5.979)	(7.404)	(6.508)	(40.409)	(8.736)	(63.213)	(3.438)	-	(135.587)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.500</b>	<b>5.355</b>	<b>749</b>	<b>4.878</b>	<b>58.297</b>	<b>3.185</b>	<b>19.952</b>	<b>2.748</b>	<b>25.444</b>	<b>123.108</b>

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalgens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
<b>Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>2.322</b>	<b>6.262</b>	<b>1.877</b>	<b>5.871</b>	<b>41.633</b>	<b>2.776</b>	<b>6.077</b>	<b>6.575</b>	<b>2.210</b>	<b>75.563</b>
Aquisições (iii) (iv)	-	-	312	571	12.603	710	8.776	909	6.225	30.106
Alienações	-	-	(51)	-	(643)	-	(3)	-	-	(697)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.638)	(3.638)
Depreciação	-	(454)	(772)	(915)	(3.007)	(515)	(2.881)	(369)	-	(8.913)
Outros (v)	-	-	5	-	76	-	3	(5.038)	(51)	(5.005)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.322</b>	<b>5.808</b>	<b>1.371</b>	<b>5.487</b>	<b>50.662</b>	<b>2.971</b>	<b>11.972</b>	<b>2.077</b>	<b>4.746</b>	<b>87.416</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.322</b>	<b>5.808</b>	<b>1.371</b>	<b>5.487</b>	<b>50.662</b>	<b>2.971</b>	<b>11.972</b>	<b>2.077</b>	<b>4.746</b>	<b>87.416</b>
Custo	2.322	11.334	8.089	11.208	87.603	11.209	70.826	5.074	4.746	212.411
Depreciação acumulada	-	(5.526)	(6.718)	(5.721)	(30.941)	(8.238)	(58.854)	(2.997)	-	(124.995)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.322</b>	<b>5.808</b>	<b>1.371</b>	<b>5.487</b>	<b>50.662</b>	<b>2.971</b>	<b>11.972</b>	<b>2.077</b>	<b>4.746</b>	<b>87.416</b>

(i) As adições em móveis, utensílios, embalgens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).  
(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras, benfeitorias próprias e de terceiros.  
(iii) A Companhia realiza benfeitorias em imóveis de terceiros para o desenvolvimento de suas operações. Parte dessas benfeitorias são realizadas na Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., que é considerada como partes relacionadas, totalizando R\$ 8.671 no período de janeiro a dezembro de 2025 (R\$ 1.166 no período de janeiro a dezembro de 2024).  
(iv) No primeiro trimestre de 2024 houve renovação de cavalos mecânicos e semirreboques, sendo R\$ 6.257 na Controladora.  
(v) Refere-se principalmente ao aumento de capital efetuado na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, por meio de transferência de embalagens.

	Consolidado									
	Terrenos (i)	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalgens e outros (ii)	Imobilizado em andamento (iii)	Total
<b>Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>63.138</b>	<b>61.177</b>	<b>1.439</b>	<b>8.274</b>	<b>79.034</b>	<b>4.013</b>	<b>16.351</b>	<b>6.345</b>	<b>5.842</b>	<b>245.613</b>
Aquisições (iv)	40.205	-	63	323	18.819	743	15.083	1.698	20.912	97.876
Alienações	-	-	(3)	(3)	(854)	(1)	-	(181)	-	(1.142)
Depreciação	-	(3.301)	(713)	(1.499)	(5.818)	(712)	(6.395)	(2.855)	-	(21.283)
Outros (v)	-	-	22	-	-	22	-	34	(91)	(13)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>103.343</b>	<b>57.876</b>	<b>828</b>	<b>7.095</b>	<b>91.081</b>	<b>4.065</b>	<b>25.049</b>	<b>5.041</b>	<b>26.663</b>	<b>321.041</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>103.343</b>	<b>57.876</b>	<b>828</b>	<b>7.095</b>	<b>91.081</b>	<b>4.065</b>	<b>25.049</b>	<b>5.041</b>	<b>26.663</b>	<b>321.041</b>
Custo	103.343	82.529	8.936	17.682	145.108	17.092	110.386	15.251	26.663	526.990
Depreciação acumulada	-	(24.653)	(8.108)	(10.587)	(54.027)	(13.027)	(85.337)	(10.210)	-	(205.949)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>103.343</b>	<b>57.876</b>	<b>828</b>	<b>7.095</b>	<b>91.081</b>	<b>4.065</b>	<b>25.049</b>	<b>5.041</b>	<b>26.663</b>	<b>321.041</b>

	Consolidado									
	Terrenos (i)	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benefeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalgens e outros (ii)	Imobilizado em andamento (iii)	Total
<b>Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>63.138</b>	<b>64.478</b>	<b>1.935</b>	<b>8.908</b>	<b>65.680</b>	<b>4.005</b>	<b>10.906</b>	<b>8.756</b>	<b>2.694</b>	<b>230.500</b>
Aquisições (vi)	-	-	349	837	19.851	773	10.174	2.028	6.837	40.849
Alienações	-	-	(51)	-	(1.717)	(3)	-	(281)	-	(1,142)
Transferências (vii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.638)	(3,638)
Depreciação	-	(3.301)	(794)	(1.471)	(4.780)	(734)	(4.729)	(4,158)	-	(19,967)
Outros	-	-	-	-	-	(28)	-	-	(51)	(79)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>63.138</b>	<b>61.177</b>	<b>1.439</b>	<b>8.274</b>	<b>79.034</b>	<b>4.013</b>	<b>16.351</b>	<b>6.345</b>	<b>5.842</b>	<b>245.613</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>63.138</b>	<b>61.177</b>	<b>1.439</b>	<b>8.274</b>	<b>79.034</b>	<b>4.013</b>	<b>16.351</b>	<b>6.345</b>	<b>5.842</b>	<b>245.613</b>
Custo	63.138	82.529	8.838	17.504	129.138	16.328	95.293	14.392	5.842	433.002
Depreciação acumulada	-	(21.352)	(7.399)	(9.230)	(50.104)	(12.315)	(78.942)	(8.047)	-	(187.389)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>63.138</b>	<b>61.177</b>	<b>1.439</b>	<b>8.274</b>	<b>79.034</b>	<b>4.013</b>	<b>16.351</b>	<b>6.345</b>	<b>5.842</b>	<b>245.613</b>

(i) Refere-se a aquisição de um terreno na cidade de Camaçari - BA, por meio da controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.  
(ii) As adições em móveis, utensílios, embalgens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).  
(iii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras, benfeitorias próprias e de terceiros.  
(iv) A Companhia realiza benfeitorias em imóveis de terceiros para o desenvolvimento de suas operações. Parte dessas benfeitorias são realizadas na Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., que é considerada como partes relacionadas, totalizando R\$ 8.671 no período de janeiro a dezembro de 2025 (R\$ 1.166 no período de janeiro a dezembro de 2024).  
(v) Inclui saldos adicionais em decorrência da aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda no montante R\$ 64, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).  
(vi) A Companhia e sua controlada Tegma Cargas Especiais renovaram parte de suas frotes em 2024.  
(vii) Refere-se a reclassificação para intangível em andamento conforme NE 11 item (i).

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024
Depreciação (NE 10)	(11.262)	(8.913)	(21.293)	(19.967)	(9.553)	(5.887)	(9.966)	(6.179)
Amortização (NE 11)	(20.815)	(14.800)	(31.259)	(26.146)	-	-	-	-

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024	De Janeiro de 2025	De Janeiro de 2024
Custo dos serviços prestados	(12.652)	(10.443)	(23.077)	(21.751)	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(8.163)	(4.357)	(8.182)	(4.395)	(20.815)	(14.800)	(31.259)	(26.146)

**Movimentação do intangível**

	Controladora									
	Agio Nortev	Agio Boni Amazon	Agio Total	Agio Software	Intangível em andamento	Agio Total	Agio Nortev	Agio Boni Amazon	Agio Total	Agio Software
<b>Saldos líquidos em 1º de janeiro</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>29.387</b>	<b>594</b>	<b>183.649</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>15.842</b>
Aquisições	-	-	-	-	13.173	13.173	-	-	-	2.885
Ativação	-	-	-	11.094	(11.094)	-	-	-	-	16.567
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.638
Amortização	-	-	-	(9.553)	(9.553)	-	-	-	-	(5,887)
Outros	-	-	-	230	(236)	(6)	-	-	-	(22)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>31.158</b>	<b>2.437</b>	<b>187.263</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>29.385</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>31.158</b>	<b>2.437</b>	<b>187.263</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>29.385</b>
Custo	120.877	34.851	155.728	94.646	2.437	252.811	120.877	34.851	155.728	83.320
Amortização acumulada	-	(2.060)	(2.060)	(64.861)	-	(65.548)	-	-	(2.060)	(53.935)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>31.158</b>	<b>2.437</b>	<b>187.263</b>	<b>120.877</b>	<b>32.791</b>	<b>153.668</b>	<b>29.385</b>

(i) Em 2024 refere-se à reclassificação entre imobilizado em andamento para intangível em andamento conforme NE 10 item (vii).  
(ii) Inclui em 2025 montante de R\$ 3.704 referente a aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).  
(iii) Inclui saldo adicionado em decorrência da aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda no montante R\$ 149, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).  
**ii. BNDES Fianame**  
**TGL - Tegma Gestão Logística S.A.:** Em novembro de 2022 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Fianame Direto com crédito aprovado no montante de R\$ 45.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional. Em dezembro de 2022 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor principal de R\$ 32.568, em fevereiro de 2024 houve a liberação adicional de R\$ 910 e em março de 2025 a última liberação de R\$ 522, totalizando R\$ 45.000 mediante a comprovação dos investimentos, de renovação de frota própria de cavalos mecânicos. Para essa captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,50% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 2 (dois) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em dezembro de 2032 para a parcela inicial, fevereiro de 2034 para a parcela adicional e março de 2035 para a parcela final. Considerando o indexador mencionado, a taxa de juros desse contrato é de 16,5% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2024). A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:  
• Dívida líquida/LAJUDA (ii) igual ou inferior a 2,50, e;  
• LAJUDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.  
(i) LAJUDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exatícios.  
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com estas cláusulas.  
**TCE - Tegma Cargas Especiais Ltda.:** Em setembro de 2023 a Tegma Cargas Especiais Ltda. firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Fianame Direto com crédito aprovado no montante de R\$ 20.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional. Em setembro de 2023 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor principal de R\$ 6.266 e em dezembro de 2023 houve a liberação adicional de R\$ 5.005 e em maio de 2024 o valor de R\$ 725, totalizando R\$ 20.000, mediante a comprovação dos investimentos realizados nas aquisições de carretas são, destinadas ao transporte de produtos químicos. Para essa captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,69% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 3 (três) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em setembro de 2039, dezembro de 2039 e maio de 2040, respectivamente para cada uma das liberações mencionadas acima. Considerando o indexador, a taxa de juros desse contrato é de 16,65% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (13,94% ao ano em 31 de dezembro de 2024). A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:  
• Índice de Dívida Líquida Sobre EBITDA em nível igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas em nível igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).  
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com estas cláusulas.  
**Cronograma dos vencimentos:** As parcelas vincendas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
De 1 a 12 meses	29.256	28.801	29.767	29.089
De 13 a 24 meses	45.421	27.123	46.628	27.244
De 25 a 36 meses	5.625	4.810	7.163	6.017
De 37 a 48 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 49 a 60 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 61 a 72 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 73 a 84 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 85 a 96 meses	1.554	4.810	3.092	6.348
De 97 a 108 meses	1.000	739	2.538	2.277
De 109 a 120 meses	204	185	1.742	1.723
De 121 a 132 meses	-	-	1.538	1.538
De 133 a 144 meses	-	-	1.538	1.538
De 145 a 156 meses	-	-	1.538	



**Tegma Gestão Logística S.A.**  
e Empresas Controladas  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais**

**Política contábil:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando provável o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são passíveis de revisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, não sendo reconhecido o reembolso por tratamento contábil. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões. A Companhia é parte envolvida em processos tributários, civis, tributários e outros em andamento que totalizam na Controladora, R\$ 208.025 em 31 de dezembro de 2025, R\$ 175.120 em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, R\$ 235.768 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 887.476 em 31 de dezembro de 2024), estão em discussão estes processos na esfera administrativa, como na judicial. Sempre que aplicável são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos. Os valores mencionados acima são classificados conforme indicado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<b>Risco</b>				
Proveitos	17.880	18.674	20.664	21.692
Possíveis	154.098	155.515	174.008	163.409
Remotos	37.247	700.931	41.096	702.375
	<b>209.025</b>	<b>875.120</b>	<b>235.768</b>	<b>887.476</b>

**Provisões constituídas com base nas perdas prováveis:** As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Trabalhistas e previdenciárias	17.587	15.602	(14.863)	(14.636)
Tributárias	3.505	3.315	(151)	(149)
Cíveis (i)	682	549	(2.666)	(3.989)
	<b>21.774</b>	<b>20.466</b>	<b>(17.680)</b>	<b>(18.674)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Trabalhistas e previdenciárias	20.267	19.199	(17.847)	(17.526)
Tributárias	3.505	3.315	(151)	(149)
Cíveis (i)	682	549	(2.666)	(4.017)
	<b>24.578</b>	<b>23.178</b>	<b>(20.664)</b>	<b>(21.692)</b>

(i) Contém provisão decorrente da venda da Direct Express, firmada entre a Companhia e 8M Participações que prevê que a Companhia está obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superassem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo das provisões existentes, referente às contingências de conhecimento da Companhia, totaliza R\$ 2.355 (R\$ 3.640 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo segue a movimentação das provisões para demandas judiciais para o exercício:

	Controladora					
	2025		2024		2024	
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>14.717</b>	<b>149</b>	<b>3.808</b>	<b>18.674</b>	<b>14.286</b>	<b>10.618</b>
Constituição	1.589	10	80	16.794	1	16
Constituição INSS FAP	794	-	-	794	664	-
Demandas judiciais a pagar	(328)	-	(328)	-	-	-
Baixa por depósito judicial	(354)	-	(354)	(374)	-	(65)
Pagamento	(1.474)	(8)	(1.303)	(2.885)	(1.364)	(6.891)
Outros	-	-	-	347	140	487
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>14.944</b>	<b>151</b>	<b>2.585</b>	<b>17.680</b>	<b>14.717</b>	<b>3.808</b>

	Controladora					
	2025		2024		2024	
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>17.607</b>	<b>149</b>	<b>3.936</b>	<b>21.692</b>	<b>17.097</b>	<b>135</b>
Constituição (reversão)	1.719	10	(48)	1.681	1.721	14
Constituição INSS FAP	835	-	-	835	758	-
Demandas judiciais a pagar	(328)	-	(328)	-	-	-
Baixa por depósito judicial	(404)	-	(404)	(527)	-	(41)
Pagamento	(1.501)	(8)	(1.303)	(2.812)	(1.442)	(6.898)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>17.928</b>	<b>151</b>	<b>2.585</b>	<b>17.680</b>	<b>17.007</b>	<b>149</b>

**Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Trabalhistas e previdenciárias	10.496	10.474	12.646	11.308
Tributárias	131.668	132.941	149.297	139.919
Cíveis	11.934	12.100	12.065	12.182
	<b>154.098</b>	<b>155.515</b>	<b>174.008</b>	<b>163.409</b>

**Trabalhistas e previdenciárias:** Referem-se principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde solidariamente ou subsidiariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

- a. Tributárias:** As principais naturezas das discussões tributárias são:
  - Questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e
  - Questionamentos relativos a origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda decorre de créditos de PIS e COFINS sobre a integralidade dos gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte operando pelo SIMPLES. A origem dessa contestação tem como base o reconhecimento de créditos em dezembro de 2017. Em decorrência desse fato a Companhia (i) realizou as retificações de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCIT) dos 5 anos anteriores, com a finalidade de alcar esses valores de créditos de PIS e COFINS; e (ii) alterou sua forma de apuração das compensações referente ao valor. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despacho decisório da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários desses respectivos créditos apurados do passado. Importante mencionar que na época, não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de incomformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2025 o valor na Controladora é R\$ 45.885 (R\$ 42.445 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado R\$ 49.254 (R\$ 45.572 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, a Companhia tomou conhecimento da lavratura de auto de infração que questiona o uso desse crédito integral durante o ano calendário de 2019, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 11.306 na Controladora em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.562) e tomou conhecimento, em julho de 2024, de auto de infração no valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 16.007 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 15.485) na Controladora sobre os anos calendário de 2021 e 2022. As defesas desses dois autos de infração aguardam julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Embora a Companhia e seus assessores entendam que a tese possui argumentos jurídicos consistentes, a Companhia, de forma conservadora, deixou de aplicar essa tese em 2023, passando a classificar esses valores em sua integralidade como chances possíveis de êxito. Em fevereiro de 2023 a Companhia recebeu o despacho decisório da Receita Federal que não homologou parte das compensações tributárias realizadas com créditos de PIS e COFINS provenientes da ação judicial, já transitada em julgado, que garantiu o direito de excluir o ICMS das suas respectivas bases de cálculo. Do valor do crédito utilizado de R\$ 103.406 em compensações com débitos tributários, reconhecido nos exercícios de 2019 e 2020, não foram homologados R\$ 21.860 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 20.037 em 31 de dezembro de 2024). Já em incidência de multa e juros. A Companhia apresentou tempestiva defesa contra esse despacho decisório. Em janeiro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado da demanda é de R\$ 2.238 (R\$ 9.105 em 31 de dezembro de 2024), esse valor tem base a receita auferida pela filial de Mauá/SP. A Companhia Tomou conhecimento em julho de 2025, da notificação de auto de infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que realizou a glosa de créditos do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS referente às apurações de 2021 a abril de 2025. O valor principal é de R\$ 3.915 e o total da autuação, com a incidência de juros e multa, é de R\$ 10.406. A Companhia apresentou defesa administrativa, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

**Cíveis:** As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia.

**Perdas remotas não provisionadas no balanço:** A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Trabalhistas e previdenciárias	19.154	17.409	20.088	18.260
Tributárias (i)	11.319	678.571	12.002	679.163
Cíveis	6.774	4.951	9.006	4.952
	<b>37.247</b>	<b>700.931</b>	<b>41.096</b>	<b>702.375</b>

(i) As principais demandas são:

- A principal demanda na esfera tributária decorre de oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS, em dezembro de 2017, a Companhia apurou débitos sobre os gastos incorridos em bens de imobilização aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCIT) com a finalidade de alcar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despacho decisório da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de incomformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como "remota". O valor na Controladora é R\$ 8.850 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.028 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado R\$ 9.271 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.604 em 31 de dezembro de 2024).
- Em janeiro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP, onde o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Em fevereiro de 2018, a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019, a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, que foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Em agosto de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão de 1ª instância que manteve integralmente os valores dos autos de infração. A Companhia apresentou os respectivos recursos administrativos em conjunto com um extenso relatório probatório de todas as receitas auferidas por cada filial durante o período fiscalizado com a finalidade de afastar o arbitramento sobre sua receita bruta. Em novembro de 2025, o Recurso da Companhia foi julgado e o Tribunal Administrativo afastou o método de arbitramento utilizado na base de cálculo do lançamento do tributo, que envolvia a receita global auferida pela Companhia em detrimento à auferida apenas pelo estabelecimento de Mauá e não há recurso especial no regime do processo administrativo. Em razão disso, os valores classificados como remotos foram efetivamente baixados (R\$ 688.977 em 31 de dezembro de 2024).

**Outros temas**

- a. Terço constitucional de férias:** O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercussão Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em parte, de 20%) sobre os valores pagos a título de férias, quando não se tratarem de férias. Com base nessa decisão, a Companhia realizou o depósito judicial do valor não recolhido da contribuição no passado em sua ação própria com a finalidade de aguardar modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração. Em 12/06/2024, o STF julgou esses embargos, e, de forma definitiva, decidiu que os efeitos da respectiva decisão apenas podem ocorrer a partir do julgamento sobre o mérito. Dessa forma, a Companhia aguarda apenas a vinculação dessa decisão em seu processo próprio para poder levantar os valores depositados.
- b. Contribuição sobre salário maternidade:** A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade às suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, o processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obteve muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.
- c. Busca e apreensão - Operação Pacto:** No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um "Acordo de Leniência Parcial" firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume material frente às receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia. Em função dos eventos descritos, o Conselho de Administração determinou, em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escrivães especializados, para conduzir uma investigação profunda e metódica dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada. Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticompetitivas, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto. Em setembro de 2022, foi oferecida denúncia na primeira Operação. Nenhum dos denunciados integra o quadro de colaboradores da Companhia e não tampouco houve determinação de qualquer medida patrimonial em face da Tegma. Em junho de 2025, STF reconheceu nulidade da Operação

e ilicitude de todas as provas produzidas, determinando o seu arquivamento, o que foi acatado pelo juízo de primeira instância, encerrando o processo. Com relação ao CADE, após sucessivas prorrogações do prazo do Inquérito, foi instaurado o respectivo Processo Administrativo, que se encontra em fase inicial de instrução.

**17. Imposto de renda e contribuição social**

**Política contábil**  
**Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são do 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em conjuntos econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social no balanço patrimonial são:

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
20.084	(7.671)	15.152	(21.851)	21.713	(8.875)
20.084	(7.671)	15.152	(21.851)	21.713	(8.875)
26.800	(11.617)	20.031	(30.572)	28.555	(13.406)
6.665	(11.617)	1.599	(30.572)	8.420	(13.406)
20.135	-	18.432	-	20.135	-
<b>26.800</b>	<b>(11.617)</b>	<b>20.031</b>	<b>(30.572)</b>	<b>28.555</b>	<b>(13.406)</b>

Impostos de renda pessoa jurídica (IRPJ) 20.084 (7.671) 15.152 (21.851) 21.713 (8.875) 16.163 (22.404)  
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) 6.665 (11.617) 1.599 (30.572) 8.420 (13.406) 2.746 (31.386)  
Circulante 20.135 - 18.432 - 20.135 - 18.432 -  
Não circulante (i) 26.800 (11.617) 20.031 (30.572) 28.555 (13.406) 21.178 (31.386)

(i) Em setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, decidindo favoravelmente aos contribuintes e declarando inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebida em casos de repetição de indébito tributário. A Controladora possui ação própria sobre essa matéria, ainda sem decisão favorável e atrelada ao julgamento no STF. Sobre esse tema, a Controladora possui valores envolvidos que podem ser recuperados, especialmente no que se refere à tributação pelo IRPJ e CSLL, ocorrida em 2019, sobre a atualização dos valores de créditos PIS e COFINS reconhecidos, provenientes do trânsito em julgado de sua ação de repetição decorrentes da exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo. Com base no resultado do julgamento, a Controladora reconheceu em seu balanço de 30 de setembro de 2021 o montante de R\$ 12.919. O saldo é de R\$ 20.135 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 18.432 em 31 de dezembro de 2024).

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	327.511	364.786	338.373	377.468
Alíquota nominal combinada imposto sobre o renda e a contribuição social	34%	34%	34%	34%

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024
<b>Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal</b>	<b>(111.476)</b>	<b>(124.027)</b>	<b>(115.047)</b>	<b>(128.339)</b>
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	15.814	18.077	9.116	9.950
Juros sobre capital próprio	10.537	10.537	10.537	10.537
Outras	217	444	(17)	296
	<b>26.588</b>	<b>29.058</b>	<b>19.636</b>	<b>21.483</b>

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024
<b>Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(84.908)</b>	<b>(94.969)</b>	<b>(95.411)</b>	<b>(106.856)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.184)	(93.347)	(87.513)	(107.820)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.724)	(1.622)	(7.897)	(894)
	<b>(84.908)</b>	<b>(94.969)</b>	<b>(95.411)</b>	<b>(106.856)</b>

**Alíquota efetiva**  
A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Alíquota nominal combinada imposto sobre o renda e a contribuição social	34%	34%	34%	34%

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<b>Prejuízos fiscais</b>				
Imposto de renda com prejuízos fiscais	-	-	2.024	1.979
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	1.201	1.191
	-	-	<b>3.225</b>	<b>3.170</b>

